



## TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 48051.001856/2019-41

### 1. OBJETO

1.1. Aquisição de Dispositivos de Telefonia Móvel - Smartphones.

### 2. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Prover à Agência Nacional de Mineração - ANM a disponibilidade de equipamentos capazes de atender à demanda por infraestrutura tecnológica moderna e condizente com a realidade atual do mercado, elevando as condições de trabalho dos profissionais da autarquia, para que estes possam continuar no cumprimento da Missão institucional do Órgão.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

#### 3.1. Motivação

3.1.1. A Agência Nacional de Mineração - ANM é uma autarquia criada pela Lei 13.575/2017, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e tem como competência a gestão do patrimônio mineral brasileiro. Para a execução de suas atividades, inúmeros processos de trabalho e sistemas informatizados são utilizados, gerando um enorme volume de informações relacionadas às áreas de Outorga, Fiscalização, Arrecadação e Economia Mineral. Para o desempenho de suas atribuições, a ANM conta com unidades regionais operando em 31 localidades distribuídas em todo o Brasil, sendo a Sede localizada em Brasília e as Superintendências e Escritórios nos demais estados da Federação.

3.1.2. Nos últimos anos a Tecnologia da Informação tornou-se uma ferramenta fundamental para a execução das atividades fins nos órgãos públicos incluindo também a ANM.

3.1.3. No exercício de 2018, a ANM adquiriu, de forma a atender suas atribuições legais de fiscalização em áreas com atividades de mineração, solução automatizada para gerenciamento das ações fiscalizatórias.

3.1.4. Tal solução demandará a utilização, em campo, de equipamentos móveis para obtenção de dados relativos aos empreendimentos fiscalizados.

3.1.5. Neste mesmo sentido foi desenvolvido para utilização pela equipe de fiscais de barragens de mineração no Sistema Integrado de Gestão de Segurança das Barragens de Mineração (SIGBM) o aplicativo Mobile, que pretende-se tenha aplicação voltada para este campo específico de vistorias e que também necessitará de um equipamento similar.

3.1.6. Justifica-se tal contratação pela expectativa de melhoria na qualidade e velocidade das ações finalísticas da Agência, bem como a padronização dos procedimentos fiscalizatórios.

3.1.7. Como resultado, espera-se contribuir para garantir o pleno exercício das funções de Estado na gestão dos recursos minerais do País, e estabelecer um ambiente favorável ao desenvolvimento da produção mineral brasileira, minimizando a vulnerabilidade externa e promovendo a transparência e a agilidade dos processos que envolvem o acesso aos recursos minerais.

3.1.8. Nesse sentido, informa-se que a aquisição de novos equipamentos para a ANM, como parte da execução das atividades previstas no Plano de Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI – tem como objetivo iniciar a modernização tecnológica da Autarquia, alinhada com as suas diretrizes estratégicas, como forma de simplificar rotinas e procedimentos e ao mesmo tempo conferir segurança e disponibilização imediata de informações.

3.1.9. Para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar serão utilizadas as informações constantes no PDTI DNPM 2017-2019, em especial, as relacionadas no item 6.3 – Diagnóstico Operacional Atual, que descreve o ambiente atual diversos equipamentos de tecnologia da ANM.

### 4. FUNDAMENTO LEGAL

4.1. A aquisição objeto deste Termo de Referência tem amparo legal nos seguintes dispositivos legais:

- a) Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- b) Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000 – regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- c) Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 – institui a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- d) Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 – regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns;
- e) Decreto nº 7.174/2010, de 12 de maio de 2010 - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.
- f) Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 20 de abril de 2017 - Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
- g) Instrução Normativa SGD/ME Nº 01, de 4 de abril de 2019 - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal;
- h) ETPs 0610430 e 0547001.

## 5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES

### 5.1. Quantitativos

| BENS QUE COMPÕEM A SOLUÇÃO |  |                   |        |
|----------------------------|--|-------------------|--------|
| Item                       | Descrição                                    | Unidade de Medida | Quant. |
| 1                          | Dispositivo de Telefonia Móvel - Smartphone. | Unidade           | 105    |

### 5.2. Especificações Técnicas

- a) Sistema operacional Android 8 (oreon) ou superior;
- b) Tela 6.2" ou superior;
- c) Processador 2 GHz com 4 núcleos, ou superior, ou 1,8 GHz com 8 núcleos, ou superior;
- d) Armazenamento interno 128 GB ou superior;
- e) Memória RAM 4 GB ou superior;
- f) Câmera traseira de resolução 12 Megapixel ou superior;
- g) Conexão 3G, 4G e Wifi;
- h) Conectividade a GPS/GLONASS
- i) Sensores RGB, Proximidade, etc.
- j) Suporte a memória externa por cartão micro SD 128 GB ou superior;
- k) Bateria de 3000 mAh ou superior;
- l) Certificação ANATEL;

### 5.3. Componentes (itens) a serem fornecidos juntamente com os aparelhos:

- a) Carregador;
- b) Cabo USB para carregamento e transferência de dados;
- c) Capa plástica/silicone, caso seja item de fábrica embalado dentro da caixa;

## 6. MODELO DE FORNECIMENTO DE BENS

### 6.1. Entrega e Recebimento do Objeto Contratado

6.1.1. O prazo de entrega é de 20 dias, contados da assinatura do contrato, sem ônus para a ANM nos quantitativos contratados e no endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 01, Bloco B, Ed. Sede da ANM, CEP 70041-903, Asa Norte - Brasília – DF.

6.1.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo de recebimento definitivo.

6.1.5. O recebimento definitivo não exime a contratada de possíveis defeitos de fábrica constatados durante a utilização dos materiais, ficando a mesma responsável pela troca de qualquer item em que se manifeste defeito de fábrica a qualquer momento de utilização.

## **6.2. Garantia e Assistência Técnica**

6.2.1. O objeto contratado deverá apresentar Garantia, por período mínimo de 12 (doze) meses, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecido pelo fabricante;

6.2.2. A execução da garantia de funcionamento será de 8 x 5 (oito horas por dia, cinco dias por semana) com tempo de solução em até 10 (dez) dias úteis após a entrega do equipamento para conserto;

6.2.3. A Contratada deverá comprometer-se a prestar a garantia estabelecida nas especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, por intermédio de assistência técnica autorizada pelo fabricante;

6.2.4. O período de garantia passará a contar a partir da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo a ser expedido pela Contratante.

6.2.5. A Contratada deverá fornecer suporte para realização de chamados de acionamento da garantia através de telefone, e-mail ou portal na Internet;

6.2.6. Durante o prazo de garantia, todos os eventuais erros ou falhas, locomoções, trocas de equipamentos, atualizações de firmware identificado e todos os serviços para execução da garantia deverão ser corrigidos/fornecidos pela Contratada, sem ônus para a Contratante;

6.2.7. O prazo de garantia deverá ser respeitado pela Contratada mesmo após o término do prazo de vigência do contrato;

6.2.8. Os componentes/partes dos equipamentos entregues ou equipamentos a serem substituídos em garantia deverão ser originais, novos e de primeiro uso e possuir configuração igual ou superior ao do componente substituído.

6.2.9. Haverá exclusão da garantia em caso de danos provocados por imperícia ou negligência dos usuários;

6.2.10. A movimentação dos equipamentos entre unidades da Contratante, efetuado com recursos próprios, NÃO exclui a garantia, que será prestada na localidade de entrega.

## **6.3. Níveis de Serviços Mínimos para Garantia**

6.3.1. O atendimento do serviço de garantia de produto deverá ser executado, na modalidade 8 x 5, de acordo com as seguintes regras:

a) Após a comunicação sobre a ocorrência do defeito no equipamento, a contratada deverá retirar, em até 2 (dois) dias úteis, o aparelho para conserto. Caso a retirada seja via transportadora, informar via e-mail ou instrumento similar o nome e identificação do transportador;

b) No caso de vícios insanáveis no equipamento e sempre que determinado pela Contratada ou pela rede oficial de atendimento do fabricante, o equipamento deverá ser substituído por um novo;

c) sempre que não for possível a reparação do equipamento no prazo previsto de 10 (dez) úteis, a contratada deverá fornecer outro equipamento em comodato ou definitivo, sob pena de incorrer nas sanções do item 6.3.2 seguinte.

6.3.2. A tabela a seguir representa a relação entre o tempo, em dias úteis, para resolução do chamado e as respectivas sanções administrativas aplicáveis para cada caso:

| ATENDIMENTO DOS CHAMADOS EM GARANTIA TEMPO PARA SOLUÇÃO NOS ACIONAMENTOS DA GARANTIA DE EQUIPAMENTO | CLASSIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO / SANÇÃO   |
|---|---|
| Tempo de Solução até 10 dias (úteis)  | - Aceito;   |
| de 11 (onze) dias úteis a 15 (quinze) dias úteis  | - Advertência.  |
| de 16 (dezesesseis) dias úteis a 20 (vinte) dias úteis  | Multa de 10% do valor do equipamento por solução de garantia atendida neste prazo;  |
| a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia útil.   | Multa de 20% do valor do equipamento, por solução de garantia atendida neste prazo; |

## 7. ELEMENTOS PARA GESTÃO DO CONTRATO

### 7.1. Controle Fiscalização da Execução

7.1.1. A gestão do contrato fica a cargo de servidor da ANM.

7.1.2. A Administração indicará representantes especialmente designados, nos termos dos Artigos 67 e 73 da Lei Nº 8.666/93, para acompanhamento e fiscalização do contrato, nos termos especificados neste Termo de Referência. A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

7.1.3. Caberá ao servidor indicado rejeitar totalmente ou em parte, quaisquer equipamentos que não estejam de acordo com as exigências, ou àqueles que não sejam comprovadamente original ou novo, assim considerado de primeiro uso, podendo ser substituído qualquer equipamento eventualmente fora de especificação.

## 8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, quem:

8.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

8.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

8.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

8.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

8.1.5. Cometer fraude fiscal;

8.2. **Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:**

8.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

8.2.2. **multa moratória** de 0,067% (zero virgula zero sessenta e sete por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

8.2.3. **multa compensatória** de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

8.2.4. **em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;**

8.2.5. **suspensão** de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

8.2.6. **impedimento** de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

8.2.6.1. **A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 7.2.7 deste Termo de Referência.**

8.2.7. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública,**

enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

8.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

8.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

8.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

8.4.1. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

8.4.2. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.4.3. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

8.4.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.4.5. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

8.4.6. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.4.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

8.4.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES**

### **9.1. Deveres e Responsabilidades da Contratada**

9.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1.1. Efetuar a entrega do objeto, **em caixa do fabricante, lacrada**, em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.1.1.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a

data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.1.1.8. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do gestor do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

9.1.1.9. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela contratante;

9.1.1.10. Obedecer, rigorosamente, as condições deste Termo de Referência, devendo qualquer alteração ser autorizada previamente por escrito pela contratante;

9.1.1.11. Regularizar, sem quaisquer ônus e quando notificada pela Contratante, sob pena de ser declarada inidônea e de sofrer penalidades, as possíveis irregularidades observadas no decorrer da entrega ou quando do funcionamento irregular;

9.1.1.12. Observar, no que couber, o Código Civil Brasileiro, normas técnicas, as leis e os regulamentos pertinentes.

## **9.2. Deveres e Responsabilidades do Contratante**

9.2.1. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.2.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.2.6. Para fiscalização serão nomeados: Gestor, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Requisitante;

9.2.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.2.8. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo contratado;

9.2.9. Avaliar a qualquer tempo a utilização e desempenho do objeto, ficando a critério da Contratante a utilização de qualquer ferramenta de análise, de onde será gerado um relatório técnico, que servirá para acompanhamento da utilização e desempenho;

9.2.10. Rejeitar o objeto quando não atender aos requisitos constantes nas especificações do Termo de Referência;

9.2.11. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto contratado;

9.2.12. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

9.2.13. Permitir o acesso dos funcionários da Contratada às dependências da ANM para entrega ou manutenção, respeitando as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações;

9.2.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. PAGAMENTO**

10.1. O pagamento relativo aos produtos a serem entregues será efetuado em favor da empresa, em até 30 dias corridos da emissão do recebimento definitivo e emissão da Nota Fiscal/Fatura discriminada, devidamente atestada por servidor especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

10.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

10.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

## 11. ESTIMATIVA DE PREÇOS

11.1. A estimativa de preço tem a única e específica finalidade de subsidiar os licitantes na confecção de sua proposta. As licitantes são as únicas responsáveis por valorar os produtos e serviços ofertados, pelas suas descrições e demais informações disponíveis, capazes de propiciar todas as condições necessárias e suficientes à formulação de sua proposta.

11.2. Em conformidade com a legislação vigente, realizou-se pesquisa oficial de preços, onde foram encontrados os valores constantes do Mapa Estimativo de Preços (SEI 0546999), os quais são apresentados a seguir:

| Item        | Descrição                                    | Unidade de Medida | SIASG     | Elemento Despesa | Quant. | Val. Unit.     | Val. Total |
|-------------|--|-------------------|-----------|------------------|--------|----------------|------------|
| 1           | Dispositivo de Telefonia Móvel - Smartphone. | Unidade           | BR0150478 | 449052-47        | 105    | 2.640,80       | 277.284,00 |
| VALOR TOTAL |  |                   |           |                  |        | R\$ 277.284,00 |            |

11.3. Estima-se, portanto, que a contratação proposta por este Termo de Referência terá valor médio de **R\$ 264.080,00** (duzentos e sessenta e quatro mil oitenta reais), sendo este o valor máximo a ser aceito pela ANM para contratação.

## 12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A despesa decorrente da contratação correrá por conta da seguinte dotação orçamentária, assim classificada:

| PTRES  | PROGRAMA DE TRABALHO | ELEMENTO DE DESPESA (CÓD E DESCRIÇÃO)    |
|--------|----------------------|--|
| 137386 | 221252041215Z0001    | 44905247 EQUIPAMENTOS DE TIC - TELEFONIA |

## 13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 13.1. Tipo da Licitação

13.1.1. A Licitação será executada na modalidade Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço Global.

13.1.2. O certame poderá ser executado por Pregão Eletrônico, haja vista tratar-se de serviços comuns, atendendo ao que preceitua o Decreto 5.450/2005 e a legislação correlata. Ainda, os padrões e especificações elencadas neste Termo de Referência foram definidos seguindo-se padrões usuais de mercado.

### 13.2. Habilitação

13.2.1. A habilitação técnica será feita por intermédio de atestados ou declarações de capacidade técnica.

### 13.3. Atestado de Capacidade Técnica

13.3.1. Deverá ser fornecido em nome do licitante, e ser expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a comprovação de que a Contratada tenha fornecido objeto compatível em quantidade e especificidade com o objeto licitado.

13.3.2. Será exigido, para a comprovação de execução de objeto equivalente ao deste Termo de Referência, que a licitante vencedora apresente documento que ateste o fornecimento de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos aqui previstos.

13.3.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido pelo menos um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em

prazo inferior;

13.3.4. Deverá(ão) ser obrigatoriamente emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

13.3.5. Deverá ser emitido em papel timbrado e conter:

- a) Razão Social, CNPJ e Endereço Completo da Empresa Emitente;
- b) Razão Social da Contratada;
- c) Número e vigência do contrato, se for o caso;
- d) Objeto do contrato;
- e) Declaração de que foram atendidas as expectativas do cliente quanto ao cumprimento de cronogramas pactuados;
- f) Local e Data de Emissão;
- g) Identificação do responsável pela emissão do atestado, Cargo, Contato (telefone e correio eletrônico);
- h) Assinatura do responsável pela emissão do atestado;
- i) Devem ser originais ou autenticados, se cópias, e legíveis.

13.3.6. No caso de apresentação de atestado de empresas privadas, não serão considerados aqueles apresentados por empresas participantes do mesmo grupo empresarial da contratada. Serão consideradas como de mesmo grupo, empresas controladas pela contratada, ou que tenham pelo menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da contratada.

#### 13.4. **Proposta de Preços**

13.4.1. A licitante deverá apresentar sua proposta a indicação detalhada do equipamento ofertado citando a marca, modelo, tipo e fabricante;

13.4.2. A licitante deverá ainda entregar, juntamente com a proposta, os catálogos de cada um dos equipamentos ofertados (onde conste o atendimento às especificações técnicas), assim como a indicação do endereço no sítio oficial do fabricante, de modo que possam ser evidenciadas as especificações técnicas exigidas no edital e informadas na proposta de preços.

13.4.3. Caso os catálogos possuam tamanho que impossibilite a inclusão no Comprasnet ou o envio por mensagem de correio eletrônico ao pregoeiro, poderá ser aceita apenas a informação do link do sítio oficial do fabricante, desde que a licitante informe o link que direcione exatamente para os catálogos, ou informe claramente onde encontrá-los.

13.4.4. Serão considerados documentos oficiais para comprovação técnica: catálogos, folders, prospectos e manuais;

13.4.5. Todos os documentos devem estar completos e legíveis;

13.4.6. Informar os meios de comunicação (e-mail, número de telefone, serviço de abertura de chamado via web, ou outro indicado pela licitante, desde que aceito pela ANM) para abertura de chamados;

13.4.7. A proposta deverá ser apresentada com os valores unitários e globais, conforme planilha constante do modelo de proposta.

13.4.8. Na cotação de preços deverão estar inclusos todos os itens de custo e despesas, tais como materiais, serviços, mão-de-obra, salários dos profissionais, benefícios trabalhistas (auxílio transporte, auxílio alimentação, plano de saúde, etc.), impostos, encargos sociais, e demais custos que venham influenciar no valor do objeto a ser fornecido.

#### 13.5. **Modelo de Proposta**

13.5.1. A cotação dos preços deverá seguir o modelo descrito a seguir, ficando sob a responsabilidade de a licitante definir os seus próprios preços;

### **À AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/2019**

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_ para a o fornecimento dos seguintes itens à Agência Nacional de Mineração, em conformidade com o Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2019.



| Item | Descrição                                    | Unidade de Medida | Quant. | Valor Unit.(R\$) | Valor Total (R\$) |
|------|--|-------------------|--------|------------------|-------------------|
| 1    | Dispositivo de Telefonia Móvel - Smartphone. | Unidade           | 100    |                  |                   |

Declaro que no preço cotado estão inclusas todas as despesas que incidem direta e indiretamente sobre os serviços prestados, tais como impostos, taxas, tributos, insumos, mão-de-obra, Garantia e Suporte Técnico pelo período de 24 meses, a contar da data de recebimento definitivo da solução, e outras.

Dados da empresa:

Razão Social:

CNPJ (MF) nº:

Inscrição Estadual nº:

Endereço:

Fone/Fax:

Cidade:

Estado:

CEP:

A presente proposta tem validade de 90 (noventa) dias.

Local e data

Assinatura e carimbo do Representante Legal da Empresa

Observação: Emitir em papel que identifique a licitante

#### 14. VIGÊNCIA CONTRATUAL

14.1. A vigência do contrato formalizado será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

#### 15. CONSIDERAÇÕES GERAIS

15.1. Dúvidas relacionadas ao presente Termo de Referência poderão ser sanadas junto à Gerência de Tecnologia, Gestão e Suporte à Informação.

#### 16. CIÊNCIA

| EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO |  |  |
|---------------------------------------|--|--|
| Integrante Técnico                    | Integrante Técnico                                   | Integrante Administrativo                              |
| _____                                 | <b>Eriberto do Nascimento Leite</b><br>Mat.: 1815520 | <b>Ednaldo Soares Leite Rodrigues</b><br>Mat.: 0453045 |



Documento assinado eletronicamente por **Ednaldo Soares Leite Rodrigues, Chefe de Divisão de Recursos Logísticos**, em 24/10/2019, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eriberto do Nascimento Leite, Gerente de Fiscalização do Aproveitamento Mineral**, em 24/10/2019, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [www.anm.gov.br/autenticidade](http://www.anm.gov.br/autenticidade), informando o código verificador **0676609** e o código CRC **2ED5CBB5**.